



## Prevalência e Fatores Associados aos Transtornos Mentais na Primeira Infância: Uma Revisão Teórica

### Autor(res)

Ingrid França De Almeida

Gabrielli Araújo Cândido Da Silva

Isabelle Oliveira Souza

Thacyane Ribeiro De Queiroz Franco

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE UBERLÂNDIA

### Introdução

A primeira infância é uma fase crucial para o desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais. Investigar a prevalência dos transtornos mentais nessa etapa é fundamental para compreender sua dimensão e os impactos no desenvolvimento psicológico infantil. Transtornos como TDAH, ansiedade e depressão já apresentam sinais nessa fase, podendo comprometer a aprendizagem, as relações sociais e a regulação emocional. Além disso, fatores sociais, familiares e econômicos exercem grande influência no surgimento e na manutenção desses quadros. Este estudo busca fornecer uma base teórica que apoie a formulação de estratégias para promoção do bem-estar infantil e políticas públicas eficazes de saúde mental na infância, reforçando a importância da detecção precoce e do cuidado integrado.

### Objetivo

Investigar a prevalência e as características dos transtornos mentais na primeira infância. Analisar a influência do contexto social, familiar e econômico no desenvolvimento desses transtornos. Avaliar estratégias de prevenção e promoção da saúde mental infantil, correlacionando intervenções psicológicas e políticas públicas.

### Material e Métodos

Este estudo é uma revisão teórica de caráter exploratório, fundamentada em literatura nacional e internacional relacionada à saúde mental na primeira infância. A metodologia adotada envolveu a pesquisa e análise de artigos científicos, documentos oficiais e relatórios institucionais, publicados entre os anos de 2010 e 2024, com ênfase em publicações indexadas nas bases SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico. Foram utilizados como critérios de inclusão: textos em português, inglês ou espanhol, com foco em crianças de 0 a 6 anos, e que abordassem a prevalência, fatores associados e estratégias de prevenção de transtornos mentais infantis.

A seleção das fontes considerou estudos que discutem transtornos como TDAH, ansiedade, depressão e transtornos de apego, além de textos que analisem a influência do contexto biopsicossocial, como vínculo afetivo, práticas educativas, desigualdade social, pobreza, violência doméstica, acesso a serviços e redes de apoio.



Também foram incluídas produções que propõem modelos de prevenção e promoção da saúde mental, especialmente os estruturados nos níveis primário, secundário e terciário, conforme proposto por Caplan e discutido por autores contemporâneos como Schneider (2015), Abreu et al. (2015) e Fatori (2018). A análise dos dados foi realizada por meio de leitura crítica e categorização temática, buscando identificar padrões de prevalência, principais fatores de risco e proteção, e propostas de intervenção. O estudo adota uma perspectiva multinível e interdisciplinar, integrando evidências da psicologia do desenvolvimento, da saúde pública e da assistência social, com o objetivo de contribuir para a formulação de estratégias integradas de cuidado e políticas públicas efetivas voltadas à saúde mental na infância.

## Resultados e Discussão

A literatura evidencia que transtornos mentais na primeira infância são comuns e envolvem múltiplos aspectos, com destaque para o TDAH, que afeta entre 5% e 7% das crianças, manifestando-se por sintomas de “desatenção, hiperatividade e impulsividade”, frequentemente em comorbidade com dificuldades emocionais (CONITEC, 2022). Ansiedade e depressão também apresentam prevalência significativa, estimada entre “7% a 10% para transtornos ansiosos e de 1% a 2% para quadros depressivos em pré-escolares” (Moff Lima, 2024), especialmente após eventos traumáticos como a pandemia de COVID-19, que agravou sintomas devido a “lutos, instabilidade e mudanças de rotina” (Moff Lima, 2024). Esses transtornos impactam negativamente a regulação emocional, as habilidades sociais e a exploração do ambiente das crianças.

O contexto social, familiar e econômico desempenha papel crucial no surgimento e na manutenção desses quadros. Conforme apontado, “vínculos seguros tendem a desenvolver melhor regulação emocional e menores taxas de ansiedade/depressão”, enquanto vínculos inseguros (evitante, ambivalente ou desorganizado) “elevam o risco para ansiedade, depressão, problemas de conduta e dificuldades sociais” (Fatori, 2018). Práticas educativas “punitivas, negligência, inconsistência e superproteção estão associadas a transtornos de comportamento, ansiedade e depressão” (Fatori, 2018). Adicionalmente, a exposição a “conflito parental e violência doméstica” aumenta o risco para “PTSD, depressão, problemas de apego e dificuldades de regulação emocional” (Fatori, 2018).

Pobreza e precariedade elevam o risco “por múltiplas vias — stress financeiro, insegurança habitacional, exposição ao crime, nutrição inadequada, menor acesso a cuidados” (Fatori, 2018). Essa vulnerabilidade é reforçada pela desigualdade social, que “correlaciona-se com maior prevalência de transtornos mentais em grupos desfavorecidos” (Fatori, 2018). A “exposição repetida ao stress altera eixo HPA, respostas inflamatórias e plasticidade neural — aumentando a vulnerabilidade a depressão, ansiedade e problemas cognitivos” (Fatori, 2018). Além disso, a “modelagem e aprendizagem social” de padrões emocionais e comportamentais por observação influenciam a manutenção desses transtornos (Fatori, 2018).

Estratégias de prevenção e promoção da saúde mental devem ser integradas e atuar em múltiplos níveis. De acordo com Schneider (2015), a prevenção divide-se em três níveis: a) primária, destinada a toda população; b) secundária, para indivíduos com sinais iniciais; e c) terciária, focada na redução da intensidade e reincidência. Programas de “psicoeducação familiar, intervenções parentais e políticas públicas que reduzam a pobreza e promovam inclusão social são fundamentais” (Fatori, 2018). A articulação entre saúde, educação e assistência social, com serviços comunitários acessíveis, contribui para a prevenção e mitigação dos transtornos. Recomenda-se, ainda, “investimento em pesquisas longitudinais para entender fatores mediadores e desenvolver intervenções específicas e eficazes” (Fatori, 2018).

## Conclusão



Os transtornos mentais na primeira infância apresentam alta prevalência e estão profundamente ligados a fatores sociais, familiares e econômicos. Intervenções integradas, multidisciplinares e políticas públicas que promovam o bem-estar infantil são essenciais para prevenir a cronificação desses transtornos e garantir um desenvolvimento saudável na infância.

## Referências

- ABREU, S.; et al. Prevenção e promoção da saúde mental: perspectivas e práticas. 2015.
- BOWLBY, J. Attachment and Loss: Volume 1 – Attachment. 2. ed. New York: Basic Books, 1982.
- BRESSAN, R. A.; et al. Promoção da saúde mental e prevenção dos transtornos psiquiátricos. 2014.
- CAPLAN, G. Principles of Preventive Psychiatry. New York: Basic Books, 1964.
- CONITEC – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Diretrizes sobre Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Brasília, 2022.
- FATORI, D. Transtornos mentais na primeira infância: prevalência, características e desafios para a saúde pública no Brasil. 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Primeira infância: desenvolvimento humano e social. Rio de Janeiro, 2017.
- LIMA, Moff. Impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental infantil. 2024.
- McEWEN, B. S. Protective and Damaging Effects of Stress Mediators. New England Journal of Medicine, v. 338, n. 3, p. 171–179, 1998.
- RUTTER, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. American Journal of Orthopsychiatry, v. 57, n. 3, p. 316–331, 1987.
- SCHNEIDER, D. Saúde mental e as transformações no campo da saúde geral. 2015.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Promoting Mental Health: Concepts, Emerging Evidence, Practice. Geneva: WHO, 2004.